



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17621 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O EJATEC NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE A SUA EXPANSÃO

Carina Di Leo Nogueira Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Edinolia Portela Gondim - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

O EJATEC NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA: Primeiras aproximações sobre sua expansão

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Política Educacional; EJATEC

1 INTRODUÇÃO

Este resumo é parte de um estudo de mestrado, vinculado ao Grupo de pesquisa Escola Currículo e Formação Docente/ PPGE/UFMA, em que investigamos a formação continuada dos professores que atuam no programa EJATEC. Para este trabalho em particular tratamos sobre a expansão da oferta de vagas do mesmo no município de São Luís/MA, na perspectiva de compreender a efetivação deste programa no território local.

O EJATEC iniciou sua implementação a partir do ano de 2020 em alguns Estados brasileiros, inclusive no Maranhão e em nossa capital. A partir de documentos referentes ao programa, como cartilhas, resoluções e editais, compreendemos que este é uma forma de incluir as novas mudanças e demandas advindas do Novo Ensino Médio para a realidade das turmas de Educação Jovens e Adultos.

Assim sendo, considerando o lugar que a Educação Jovens e Adultos ocupa na legislação brasileira, no Novo Ensino Médio e o movimento dado para a

emergência do programa EJATEC, por meio da legislação e da adesão dos Estados, questionamos: como tem se processado a expansão deste em nosso município?

Para tanto, estamos a elucubrar os documentos que dão organicidade ao programa estudado para assim compreender, a partir de uma análise documental, o quantitativo de escolas e vagas ofertadas, comparando estes dados num recorte temporal que vai desde o primeiro ano de sua implementação até o momento atual. Dessa maneira, nos valem os dados quantitativos para uma análise de caráter qualitativo, a partir de uma epistemologia e de um processo teórico-metodológico que nos possibilite compreender a realidade social, histórica e política na qual o programa objeto deste estudo foi gestado e dialoga. Sendo assim, nos apoiamos em estudiosos como Freitas (2012), Arroyo (2007), Pinto (2016), Pereira (2017).

Ao longo dos últimos anos, mesmo que em um espaço temporal considerado recente, houve um aumento do número de locais e vagas para a formação de turma deste programa, o que denota um esforço do Estado para expansão e fortalecimento do mesmo. Para melhor entendimento destes resultados o presente trabalho inicia sua discussão com uma breve retomada histórica da EJA no Brasil, para assim situarmos o EJATEC e alguns determinantes.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A EJA no Brasil por várias décadas esteve ligada a iniciativas filantrópicas, relacionadas a movimentos sindicais e também à igreja católica, o que lhe deu por muitos anos uma forte identificação com as lutas populares vivenciadas em nosso país. Esta relação surge como consequência da negação de oferta de ensino e marginalização destas pessoas diante do poder público, trazendo como consequências um grande quantitativo de adultos ainda analfabetos no país (Pereira, 2007)

Essa realidade por um longo período carregou como prejuízo um quantitativo alarmante de jovens que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho por não possuírem ainda as competências mínimas. Além de que o país apresentava nesta realidade pouco crescimento de mão de obra qualificada que geraram impactos na sua produção intelectual, tecnológica etc.

Somente nos anos 90, a partir do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é que começou a existir uma mobilização maior no país através

de planos, programas e projetos que contemplassem de maneira efetiva uma assistência às pessoas que não haviam completado sua escolaridade no período comum. Isto porque foi neste período que a LDB nº 9.394/96 foi aprovada e, embora seu processo de elaboração tenha sido permeado por fortes disputas políticas, a mesma, ainda assim, trouxe avanços no reconhecimento da EJA.

Como desdobramento da LDB nº 9.394/96, foi de extrema importância a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Decreto nº 6.093/2007 e posteriormente o Decreto nº 6.094/2007 conhecido como Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Nestes, o papel da União, Estados, Distrito Federal e Municípios tornam-se claros com o estabelecimento de metas e a tomada de iniciativas práticas a partir de programas de ações. Importantes passos dados em comparação com o percurso que o país caminhava até então, como destaca o trecho a seguir:

As ações de alfabetização sob responsabilidade da união nunca estiveram sob a alçada do Ministério da educação e jamais foram articuladas com a EJA. Promoviam-se campanhas, não programas estruturados de educação continuada em colaboração com os sistemas educacionais. Além disso, perdia-se de vista a elevada dívida educacional com grupos sociais historicamente fragilizados (Brasil, 2007, p.9).

Como podemos observar, as mudanças feitas através do FUNDEB, do PDE e dos decretos apresentados são considerados grandes divisores de águas no combate ao analfabetismo e na educação de jovens e adultos, uma vez que a responsabilidade tanto financeira quanto técnico-pedagógica passou a ser distribuída entre os entes federados, colocando o atendimento, difusão e melhoria de ensino como responsabilidade do poder público e tornando este processo real a partir da criação de programas.

Pinto (2016) destaca que dentre as importantes mudanças que passaram a ser promovidas inicia-se também um intenso debate a respeito da educação profissionalizante. O próprio PDE, na seção denominada “EJA profissionalizante”, trouxe essa atenção através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), orientando o sistema federal por meio dos IFETs a oferecerem educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Tanto o Proeja quanto o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação Comunitária) foram considerados marcos num contexto de relativa valorização e atenção destinada à EJA. Foi ao longo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016)

que houveram maiores avanços legais e conquistas puderam ser alcançadas na política de EJA, onde podemos citar também a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/2014 e construção do Fórum Nacional de Educação (FNE), ambos contemplando a EJA em sua redação.

Os autores Julião, Beiral e Ferrari (2017) ressaltam que, mesmo em vista destes avanços, críticas ainda se fizeram necessárias uma vez que a viabilidade de investimento financeiro ainda era pequena. O país dentro de sua política educacional não apresentava estratégias mais concisas e limitava-se ao desenvolvimento de programas isolados e pontuais.

Os governos que sucederam os anos seguintes não demonstraram continuidade ou progressão das iniciativas desencadeadas pós LDB, no que diz respeito a EJA. Após a saída da presidente Dilma e permanência do mandato do Michel Temer (2016 - 2018) percebeu-se um estancamento do caminho pelo qual a EJA vinha trilhando, fato que se estendeu ao longo do governo seguinte com o presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), pois houve queda dos investimentos financeiros para a modalidade, bem como a extinção de um importante espaço de planejamento e debate que era a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Perpassando por esse contexto de retrocessos é que vivenciamos também a estruturação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta por sua vez passou por várias etapas de elaboração, etapas que pouco contemplaram a EJA, tratando essa modalidade de ensino de maneira sucinta, pouco elaborada, homogênea e igual à educação regular, desconsiderando assim, as suas especificidades.

Dessa maneira, com o objetivo de situar a EJA no contexto da BNCC e do Novo Ensino Médio, que foi desencadeado por esta mesma corrente de mudanças curriculares, é que emerge o EJATEC, contemplando estudantes maiores de 18 anos que ainda não completaram seu ensino médio, na perspectiva de ofertar esta etapa de ensino na modalidade EJA integrando-a à educação profissional.

O programa iniciou sua implementação em alguns estados brasileiros sob a responsabilidade de seus Governos Estaduais. Dada a sua recente implementação, ainda lidamos com um quantitativo escasso de materiais que contemplem questões como seus impactos, concepções entre outros fatores que o envolvem.

Algumas cartilhas já foram lançadas pelas Secretarias Estaduais de Educação que tem se empenhado para o desenvolver, divulgando-o como um programa que tem como objetivo integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

com a Educação Profissional, visando aumentar a empregabilidade dos estudantes e estimular a continuidade dos estudos.

Sendo assim, nas primeiras redes de ensino que implementaram o programa, pudemos observar que são mantidas as 1.200 horas da Formação Geral Básica, acrescidas de 45 horas denominadas de Projeto Vida, e 300 horas de qualificação profissional referentes a 1/3 de um curso técnico modular, havendo um aumento na carga horária em que o curso passa a durar quatro semestres. Este processo tem se dado desde meados dos anos 2020, quando saíram as publicações dos primeiros editais para o ingresso dos estudantes (Lança, 2021).

A medida em que situamos o EJATEC no contexto de surgimento e incorporação do Novo Ensino Médio e da BNCC, que são territórios permeados de polêmicas e retrocessos, surge também a necessidade de acompanhar a forma com é dada sua implementação e a maneira com que sua expansão tem ocorrido. Na tentativa de compreender aspectos iniciais do programa é que partimos para traçar um comparativo entre a oferta de vagas desde o início de sua implementação até o ano atual.

3 PERCURSO TEORICO-METODOLOGICO PROPOSTO

Neste estudo, tomamos por referência de consulta os editais lançados pelo Governo do Estado do Maranhão para preenchimento de vagas estudantis no programa EJATEC, do Portal da Secretaria de Educação do Governo do estado do Maranhão (SEDUC). Dessa maneira, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental, intencionando comparar o quantitativo de escolas e de vagas ofertadas no programa EJATEC para o município de São Luís no período compreendido entre 2020 a 2024.

Entendemos o estudo de documentos como uma importante possibilidade de aprofundar a pesquisa qualitativa ao entrarmos em contato com diferentes fontes de informações. Neste sentido, Godoy (1995) afirma:

Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental (Godoy, 1995, p. 21).

Os documentos são fontes de informações contextualizadas que pertencem a um determinado período e refletem acontecimentos, notícias e ideias, se tornam dessa maneira fontes “naturais” de informação e, nesta perspectiva, apresentam vantagens para a pesquisa educacional (Junior; Oliveira; Santos e Schnekenberg, 2021).

Embora tenhamos iniciado a pesquisa utilizando dados quantitativos, na medida em que o nosso referencial teórico se alinha à abordagem qualitativa, buscamos importantes categorias e pontos de análise que nos auxiliam a interpretar os dados obtidos com maior cientificidade.

Dessa maneira, diferenciamos três momentos para a pesquisa, o primeiro sendo de revisão bibliográfica que consistia em compreender a relação do programa com a realidade educacional atual. O segundo momento foi o de coleta de dados, em que buscamos as informações presentes nos editais de cada ano no recorte escolhido. A terceira etapa consistiu no olhar apurado sobre estes dados obtidos a partir de comparações entre os primeiros e últimos editais, estabelecendo também relação com considerando a abordagem teórico-metodológica que caminhamos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Os primeiros editais lançados colocaram as disposições preliminares, a organização para o ingresso dos educandos no programa, os procedimentos necessários para matrícula bem como as escolas em que o programa iria se desenvolver. Na rede estadual do Maranhão sua implementação inicia-se em 2020 com abertura do edital nº03/2020, a fim de estabelecer as normas e procedimentos para o ingresso de estudantes na 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos, integrada à educação profissional, no âmbito do programa EJATEC/MA, em escolas da rede pública estadual de ensino (SEDUC, 2020).

Ao elaborarmos um panorama sobre a expansão deste programa e seu alcance sobre o território maranhense, podemos perceber que em 2020 o governo anunciou a oferta de 1.320 vagas distribuídas para um total de 5 municípios, esse quantitativo foi aumentando de forma a serem oferecidos, segundo os dados fornecidos pelos editais, um total de 5.400 vagas distribuídas por 13 municípios diferentes no ano de 2022. Logo, percebemos que num intervalo de dois anos apenas, o número de oferta mais do que dobrou, sinalizando também a inclusão de outros municípios.

Já no ano de 2024 foram anunciadas nos portais oficiais do governo

6.905 vagas distribuídas por 26 municípios, representando um aumento impactante principalmente quanto ao número de cidades que passam a desenvolver este programa. Pode-se perceber também que para as cidades localizadas no interior do Estado a média de escolas que desenvolvem o programa é menor, com exceção dos municípios próximos à São Luís, tais como São José de Ribamar e Paço do Lumiar que apresentam um quantitativo maior de escolas a estão implementando o EJATEC conforme o número de vagas que lhes foram disponibilizadas.

Ao voltarmos nosso olhar especificamente para o município de São Luís nos deparamos com uma média de 1.000 vagas distribuídas em 12 instituições de ensino no ano de 2020, já no ano de 2022 essa média triplica para 3.150 vagas distribuídas em 29 escolas e foi anunciado atualmente uma média de 3.850 vagas a serem distribuídas por 33 escolas.

Percebemos em primeiro lugar que o município de São Luís concentra um maior quantitativo de vagas e de instituições que desenvolvem o programa em questão, um processo que podemos considerar natural em se tratando de uma capital. Além desta constatação é evidente que o crescimento do programa é uma realidade em nossa cidade.

Ao observarmos a expansão numérica do EJATEC a partir do quantitativo de vagas que estão sendo ofertadas ao longo dos editais e contextualizarmos no momento histórico, social e político atual, nos questionamos quais tipos de mudanças temos vivenciado, uma vez que viemos de um período de declínio de investimentos sobre a EJA e após este período a retomada de um governo que traz consigo expectativas positivas e de fortalecimento da educação sob uma ótica contra hegemônica.

Com a retomada do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2023, alguns avanços são percebidos, tais como a recomposição da SECADI dentro do MEC bem como uma reaproximação entre governo e entidades educativas. No entanto, ao nos depararmos com o investimento e a rápida expansão do EJATEC como um programa que se insere em uma realidade que traz perigosas mudanças no âmbito da política educacional, principalmente curricular, faz-se necessário também questionarmo-nos os quão negociáveis determinados campos da educação podem se tornar para o atual governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo representa os primeiros passos da nossa pesquisa, em que intentamos o esforço de apresentar constatações válidas a respeito do nosso

objeto de estudo, para conseguirmos compreender sua dimensão no atual cenário educacional regional. Ainda há muito que se amadurecer a respeito da forma com que o EJATEC tem se estruturado no Maranhão e, conseqüentemente, no município de São Luís, de forma que, acompanhar os seus desdobramentos desde o momento inicial de sua implementação é uma tarefa na qual precisamos nos debruçar ainda mais.

Uma vez que nos situamos em uma realidade onde a educação caminha por territórios permeados de polêmicas e retrocessos advindos das últimas mudanças ocorridas a partir do Novo Ensino Médio e o seu significado no campo de disputa contra hegemônica, que nos impele a compreender o significado destes desdobramentos no campo da Educação de Jovens e Adultos, levando em consideração o quanto essa educação esteve historicamente aliada a processos de resistências e lutas populares.

Dessa maneira, a rápida expansão deste programa pode significar uma atenção e assistência ao público da EJA, na medida em que respeitar as especificidades da modalidade e for desenvolvido em uma perspectiva emancipatória e libertadora, contudo, pode também exercer um sentido completamente oposto, que seria o de acomodá-la numa lógica hegemônica, elitista e segregadora.

Esta e outras respostas saberemos quando nos debruçarmos sobre as concepções de educação em que o programa se ancora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de Jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: Diálogos na educação de jovens e adultos. Leôncio Soares e outros (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc. [online].2012, vol.33, n.119, pp.379-404.

JULIÃO, E. F; BEIRAL, h. j. v; FERRARI, G. M. As oilíticas de educação de jovens

e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. In: POIESIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul d Santa Catarina – Unisul, Tubarão, v.11, n.19, p.40 – 57, Jan./Jun. 2017.

JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L.SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021

LANÇA, H. A implantação do EJATEC na rede estadual de São Paulo: mais um ataque à Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. Revista trabalho Necessário. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. V. 19, nº40, p.173 – 194, set/dez, 2021.

PEREIRA, D. F. F. Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. EccoS – Revista Científica. São Paulo, v.9, n. 1, p. 53 – 74, jan/jun. 2007.

PINTO, E. W. F. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos: uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PORTELA, E. L. Proeja e as repercussões sobre a escolarização de beneficiários. Revista de Políticas Públicas. Maranhão, vol 24, n 2, p. 912-930, 10 out. 2020.

SEDUC (MA). Edital n° 03/2020. [Estabelece normas e procedimentos para o ingresso de estudantes na 1ª etapa da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, no âmbito do programa EJATEC/MA, em escolas da rede pública estadual de ensino, para o ano letivo de 2020]. Maranhão: Secretaria de estado da Educação, janeiro 2020.